



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

103  
12

**Habeas Corpus nº: 0204710-1**  
**Comarca: Petrolina - PE (1ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Antônio Joarley Moura Araújo - OAB/PE 27581**  
**Paciente: Flaviano Cavalcanti de Souza**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**

159

**EMENTA:** Processual Penal e Penal. Habeas Corpus liberatório com pedido liminar. Indeferimento do pedido de liminar. Crime de homicídio duplamente qualificado. Art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal. Alegação de excesso de prazo para formação da culpa. Alegação superada. Sentença de pronúncia. Manutenção da custódia. Persistência dos motivos de garantia da ordem pública. Condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada. Decisão unânime.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 204710-1, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 10ª de *junho* de 2010.

*Romero de Oliveira Andrade*  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

160

**Habeas Corpus nº 0204710-1**  
**Comarca: Petrolina – PE (1ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Antônio Joarley Moura Araújo – OAB/PE 27581**  
**Paciente: Flaviano Cavalcanti de Souza**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**

### RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Antônio Joarley Moura Araújo, OAB PE 27581, em favor do paciente **FLAVIANO CAVALCANTI DE SOUZA**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina – PE.

Consta dos autos que o paciente foi preso em 03 de abril de 2009, sob a acusação da prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante que o paciente vem sofrendo coação ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, em razão de encontrar-se preso há cerca de 08 (oito) meses, sem que tenha sido submetido a julgamento pelo Tribunal do júri. (fls. 02/06)

Sustenta, ainda, a ausência de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, que é primário, tem emprego certo e residência fixa.

Requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente em tela.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 07/81).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 88/89).

Informações foram solicitadas a autoridade coatora, através do Ofício nº 528/2009, de 17 de dezembro de 2009 (fls. 90).

A autoridade impetrada prestou as informações solicitadas, através do Ofício nº 2010.0725.00324, permitindo-nos observar o andamento processual até a referida data (fls. 94/95).

MIGL (HC 204710-1)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP: 50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 93018221 ou (0 XX 81) 99728784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

105  
102  
161

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Patrícia Carneiro Tavares (convocada), ofereceu parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 98/99).

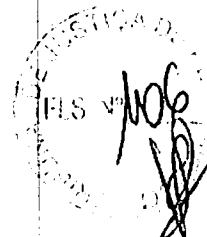
É o relatório.

Recife, 09 de *junho* de 2010.

*Romero de Oliveira Andrade*  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



162

**Habeas Corpus nº: 0204710-1**  
**Comarca: Petrolina – PE (1ª Vara Criminal)**  
**Impetrante: Antônio Joarley Moura Araújo – OAB/PE 27581**  
**Paciente: Flaviano Cavalcanti de Souza**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal**  
**Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade**

### VOTO DO RELATOR

Como já consignado no relatório, o impetrante alega, na inicial, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois se encontra preso há cerca de 08 (oito) meses, sem que tenha sido submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Sustenta, ainda, que não há fundamento para a prisão preventiva do paciente, uma vez que o mesmo é primário, tem residência fixa e endereço certo.

Conforme consta nas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, o paciente foi denunciado em 15 de junho de 2009, pelo delito tipificado no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal. A denúncia foi recebida em 01 de julho de 2009. Em 23 de julho de 2009 o acusado apresentou defesa preliminar. A audiência de instrução e julgamento foi realizada em 14 de outubro de 2009 e as alegações finais foram apresentadas pelo Ministério Público em 29 de outubro de 2009 e pela defesa em 09 de novembro de 2009. O paciente foi pronunciado em 02 de dezembro de 2009, pelo delito previsto no art. 121, § 2º, II e IV do Código Penal. A autoridade impetrada informou, ainda, que o paciente será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri assim que houver pauta disponível, o que ocorrerá o mais breve possível em harmonia com o princípio da razoabilidade.

Sendo assim, caso tenha ocorrido qualquer constrangimento ilegal, este se encontra superado com o encerramento da instrução, conforme determina a Súmula 21 do STJ.

Ademais, em decisão fundamentada, não foi concedido ao réu o direito de recorrer da sentença de pronúncia em liberdade, por ainda persistirem os requisitos da prisão cautelar, principalmente levando-se em conta a natureza do delito e suas circunstâncias.

Nesse sentido:

MIGL (HC 204710-1)

Fórum (homiz de Aquino) Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio – RECIFE-PE CEP: 50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 66016221 ou (0 XX 81) 69729784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

163

STJ: EMENTA: AÇÃO PENAL. Homicídio doloso. Prisão preventiva. Excesso de prazo. Ilegalidade não caracterizada. Superveniência de sentença de pronúncia. Excesso relevado. HC indeferido. Operada a prisão preventiva, releva-se o excesso de prazo anterior à sentença de pronúncia, se não há excesso depois desta. HC 97286 / PR - Julgamento: 08/09/2009.

STJ: EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU PRONUNCIADO POR DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL GRAVE. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA EMBASADA EM FATOS CONCRETOS. PERICULOSIDADE CONCRETA. ACAUTELAMENTO DO MEIO SOCIAL. ORDEM DENEGADA. 1. O fundamento da garantia da ordem pública é suficiente, no caso, para sustentar o decreto de prisão preventiva do paciente. Decreto, afinal, mantido pela sentença de pronúncia, com o reconhecimento de que permanecem incólumes os fundamentos da preventiva. Não há como refugar a aplicabilidade do conceito de ordem pública se a concreta situação dos autos evidencia a necessidade de acautelamento do meio social. 2. Quando da maneira de execução do delito sobressair a extrema periculosidade do agente, abre-se ao decreto de prisão a possibilidade de estabelecer um vínculo funcional entre o modus operandi do suposto crime e a garantia da ordem pública. 3. Não há que se falar em inidoneidade do decreto de prisão, se este embasa a custódia cautelar a partir do contexto empírico da causa. Contexto, esse, revelador da gravidade concreta da conduta (de violência incomum) e da periculosidade do paciente. 4. O decreto prisional, para além de apontar o paciente como investigado em vários outros delitos (fls. 60), encontra apoio, ainda, na fuga do acusado. Fuga, essa, que se deu logo após o cometimento do delito, a demonstrar o claro intento de se frustrar a aplicação da lei penal. O que, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, materializa a hipótese descrita no art. 312 do Código de Processo Penal. 5. Ordem denegada. HC 97688 / MG - Julgamento: 27/10/2009.

Quanto à alegada primariedade, domicílio certo e atividade lícita do paciente como condições favoráveis à elisão da custódia provisória, não há como prosperar quando há elementos que podem permitir a segregação, de acordo com a Súmula nº 86 deste E. Tribunal de Justiça, que estabelece:

MIGL (HC 204710-1)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP 50620-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 80016221 ou (0 XX 81) 89729784  
E-mail: rosin@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



164

"As condições pessoais favoráveis do acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Portanto, depois de detida análise dos autos, não vislumbro qualquer constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem requerida, nesta oportunidade.

Diante do exposto, acolho o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial ad quem, e voto pela **DENEGAÇÃO** da ordem.

É como voto.

Recife, 01 de ~~junho~~ de 2010

  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator